



Coisas do Gênero é licenciada
sob uma Licença Creative Commons

IMPACTOS DA POLÍTICA DE JUSTIÇA DE GÊNERO DA FACULDADES EST NA REVISTA *IDENTIDADE!*¹

IMPACTS OF THE GENDER JUSTICE POLICY OF FACULDADES EST ON THE
IDENTIDADE! JOURNAL

Marli Brun*

Marcia Blasi**

Raquel Brun Kriesang***

Resumo: O artigo apresenta reflexões e dados da pesquisa “Impactos da Política de Justiça de Gênero na Faculdades EST (PJC/EST)”, com foco na Revista *identidade!*, periódico online e multidisciplinar da Faculdades EST. O objetivo deste artigo é apresentar dados e reflexões sobre o impacto da Política de Justiça de Gênero na Revista *identidade!*, do Grupo de Pesquisa Identidade étnica e interculturalidade da Faculdades EST (Escola Superior de Teologia). A Política de Justiça de Gênero (PJC), implementada desde 2015, orienta ações institucionais em prol da justiça de gênero. A análise abrange o período de 2013 a 2022 e investiga: o perfil de autoria por gênero, o uso de linguagem inclusiva nos textos e a presença de mulheres nas referências bibliográficas. Os resultados indicam avanços, mas também revelam a necessidade de fortalecer práticas editoriais que promovam a justiça de gênero, como o uso mais consistente da linguagem inclusiva e maior representatividade de mulheres nas bibliografias. A incorporação de critérios de gênero nas diretrizes editoriais da Revista é apontada como uma estratégia para consolidar o compromisso institucional com a equidade na produção acadêmica.

Palavras-chave: Periódicos acadêmicos. Revista *identidade!*. Estudos feministas e de gênero. Política de Justiça de Gênero. Faculdades EST.

* A pesquisa da qual o presente artigo apresenta resultados recebeu apoio financeiro de Act Igreja Sueca, através do Projeto Desmantelando os Fundamentalismos: a Justiça de Gênero como caminho para a vida digna, desenvolvido pelo Programa de Gênero e Religião na Faculdades EST (2023 - 2025). Agradecemos ao estudante do curso de Teologia da Faculdades EST e bolsista do PGR, Ivan Gomes, pela contribuição na coleta de dados para esta pesquisa.

** Doutorado em educação, mestrado em teologia, graduação em teologia e filosofia. Coordenadora do Programa de Gênero e Religião e professora da Faculdades EST. E-mail: marlibrun@gmail.com

*** Doutorada em teologia, graduação e mestrado em teologia. Docente da graduação e pós-graduação em Teologia da Faculdades EST. Líder do Grupo de Pesquisa Gênero e Religião. Executiva do Programa de Justiça de Gênero e Empoderamento de Mulheres da Federação Luterana Mundial. E-mail: marcia.blasi@est.edu.br

**** Ensino Médio no Instituto Ivoi, proficiência em alemão C1. E-mail: raquelbrunkriesang@gmail.com



Abstract: The article presents reflections and data from the research project "Impacts of the Gender Justice Policy at Faculdades EST (GJP/EST)," focusing on Revista *identidade!*, a multidisciplinary online journal from Faculdades EST. The objective of this article is to present data and reflections on the impact of the Gender Justice Policy on Revista *identidade!*, from the Ethnic Identity and Interculturality Research Group at Faculdades EST. The Gender Justice Policy (GJP), implemented since 2015, guides institutional actions to promote gender justice. The analysis covers the period from 2013 to 2022 and investigates: the authorship profile by gender, the use of inclusive language in texts, and the presence of women in bibliographic references. The results indicate progress but also reveal the need to strengthen editorial practices that promote gender justice, such as more consistent use of inclusive language and greater representation of women in the bibliography. The incorporation of gender criteria into the journal's editorial guidelines is seen as a strategy to consolidate the institutional commitment to equity in academic production.

Keywords: Academic journals. Revista *identidade!*. Feminist and gender studies. Gender Justice Policy. Faculdades EST.

INTRODUÇÃO

As Teologias Feministas e os Estudos de Gênero compõem uma área de produção de teologia feminista e/ou de gênero que se consolida na Faculdades EST com a aprovação (1990) e implementação da Cátedra de Teologia Feminista (1991). A Cátedra é resultado da luta das mulheres pelo reconhecimento e visibilização da sua produção de conhecimento bem como pelo direito de atuar como professoras e pesquisadoras de Teologia. As experiências de exclusão e discriminação das mulheres, denunciadas pela Teologia Feminista, provocam as perguntas relacionadas ao lugar das mulheres na produção e visibilização do conhecimento tanto no campo da teologia quanto em outras áreas do conhecimento.

Como parte desse processo de luta por relações justas de gênero, em 2015, a Faculdades EST aprovou sua Política de Justiça de Gênero (PJC), compreendida como um documento institucional que “define e regulamenta a implementação da justiça de gênero como princípio teológico, pedagógico e ético a ser materializado nos documentos normativos institucionais, nas ações realizadas pelos diferentes setores de trabalho da instituição”². Nesse documento, a instituição adota o conceito de Justiça de Gênero da Federação Luterana Mundial que a comprehende como “proteção e promoção da dignidade de mulheres e homens” as quais se expressam “através da igualdade e de

² FACULDADES EST. Política de Justiça de Gênero. *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v.1, n. 1, p. 114-124, jul./dez. 2015. p. 114. Disponível em <https://revistas.est.edu.br/genero/article/view/423/361>. Acesso em: 29 jul. 2025.



relações de poder equilibradas entre mulheres e homens e da eliminação dos sistemas institucionais, culturais e interpessoais de privilégio e opressão que sustentam a discriminação”³.

Para avaliar as mudanças institucionais e os desafios pendentes, o Programa de Gênero e Religião (PGR/EST) desenvolve a pesquisa sobre os impactos da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST. Os resultados da primeira etapa da pesquisa, coordenada pelo teólogo Dr. André Musskopf, foi publicada em 2014 na obra “Teologia feminista e de gênero na Faculdades EST. A construção de uma área do conhecimento”⁴. Essa parte da pesquisa abrange o período de 1991 a 2012. A atual edição da pesquisa, coordenada pelas pesquisadoras Dra. Marli Brun e Ma. Sabrina Senger e pelo pesquisador convidado Dr. André Musskopf, abrange o período de 2013 a 2022.

O objetivo deste artigo é apresentar dados e reflexões sobre os impactos da PJG na Revista *identidade!*⁵, periódico online semestral multidisciplinar de livre acesso do Grupo de Pesquisa Identidade étnica e interculturalidade da Faculdades EST (Escola Superior de Teologia) – grupo interdisciplinar, intercultural e macroecumênico (autodefinição do próprio periódico). Os periódicos da Faculdades EST, entre eles a Revista *identidade!*, são entendidos como ações institucionais de produção e divulgação do conhecimento que contribuem para a construção de relações equilibradas de poder e para a superação de sistemas de opressão que sustentam a discriminação de gênero.

Esta pesquisa documental sobre os impactos da Política de Justiça de Gênero nos artigos publicados na Revista *identidade!* abrange o período de agosto de 2013 a dezembro de 2022. Considerando que a PJG/EST é parte do processo institucional de superação da discriminação e exclusão das mulheres e que essa pesquisa representa a continuidade da etapa anterior da pesquisa (que abrangeu o período de 1991 a 2012), incluímos dados referentes ao período de 2013 a primeiro semestre de 2015. No segundo semestre de 2015, começa a ser implementada a PJG da Faculdades EST. Princípios, objetivos e estratégias compõem o caminho metodológico da PJG/EST para

³ FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Política de Justiça de Gênero*. Genebra: FLM, 2014. p. 7. Disponível em: https://lutheranworld.org/sites/default/files/2022-02/dtpw-wicas_gender_justice-pt.pdf. Acesso em: 02 out. 2025.

⁴ MUSSKOPF, André S. *Teologia feminista e de gênero na Faculdades EST: a construção de uma área do conhecimento*. São Leopoldo, RS: CEBI, 2015. Disponível em: <http://catalogo.est.edu.br:8080/pergamonweb/vinculos/000000/0000001e.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

⁵ IDENTIDADE!. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade>. Acesso em: out. 2025.



a construção da justiça de gênero com a comunidade acadêmica da Faculdades EST. Para a coleta e análise dos dados da Revista *identidade!* consideramos pertinente o princípio da linguagem inclusiva de gênero e o princípio da superação da supremacia, objetivos e estratégias a eles relacionados.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: introduz um panorama da Revista *identidade!*, situando o periódico no contexto da ação institucional analisada. Em seguida, apresenta os dados gerais da análise e descreve o percurso metodológico adotado. Por fim, enfoca a incorporação do princípio da linguagem inclusiva de gênero e do princípio da superação da supremacia masculina no processo de produção e gestão do conhecimento e gestão institucional, através da análise da presença das mulheres como autoras e nas referências bibliográficas dos artigos publicados na Revista *identidade!* (2013-2022), concluindo com considerações finais.

SOBRE A REVISTA *IDENTIDADE!*

A Revista *identidade!* é uma das revistas analisadas na pesquisa sobre os impactos da PJG nos documentos normativos e ações da Faculdades EST. Ela foi criada no ano de 2000 como um Boletim do Grupo d@s Negr@s da EST da IECLB, publicado com recursos advindos de um projeto apoiado pela Federação Luterana Mundial. Peter Nash, professor responsável pela coordenação do projeto, afirma que o objetivo era constituir "um espaço para dialogar sobre assuntos atuais nas nossas vidas e questões culturais e, claro, coisas teológicas. Uma conversação entre os negros e as negras e nossos/as amigo/as na nossa igreja."⁶ No nome do Boletim, bem como em sua definição, contempla o uso de linguagem inclusiva de gênero. Sua criação acontece 10 anos após a aprovação da Cátedra de Teologia Feminista na Faculdades EST, que tem como um de seus princípios a difusão da linguagem inclusiva de gênero.

O Boletim do Grupo d@s Negr@s da EST da IECLB se constitui como espaço de publicação de depoimentos e reflexões de integrantes do Grupo Identidade da

⁶ NASH, Peter. Negritude chegou! Mas o que é? *Boletim do Grupo d@s Negr@s da EST da IECLB*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2000. p. 1. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2384/1962>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Faculdades EST, coordenado pelo Professor Dr. Peter Nash⁷ e discentes do curso de Teologia que, em sua maioria, se identificam nos depoimentos como pessoas negras, estudantes da EST. As reflexões do primeiro boletim continham em torno de 2000 caracteres e deu visibilidade às questões de negritude na Faculdades EST. No primeiro Boletim, Nash apresenta o conceito de negritude, o qual é relevante porque traz o fio condutor, razão de ser da Revista *identidade!*.

Negritude é assumir a própria essência negra de uma pessoa ou de um grupo. Ser negro na virada do milênio é uma experiência rica e complexa. Tem negros e negras em todo canto do mundo vivendo várias culturas, mas quase sempre a cor da pele faz uma parte da identidade da pessoa. Não é uma coisa que tem a ver somente com pobreza ou opressão, mas também com heranças familiares e culturais fartas. Assim como as culturas judaicas que vivenciam vários níveis de aceitação nos vários lugares do mundo, as culturas que acham suas raízes na África experimentam várias reações em seus lares adotivos. Da mesma forma que a memória do sofrimento é retomada na festa principal do Judaísmo, a Páscoa, a essência dos povos africanos na diáspora se localiza na memória das experiências de sofrimento e libertação dos antepassados. A negritude então é mais uma caminhada do que uma coisa fixa. É o processo de entender como é ser negro ou negra num mundo dirigido por outros. E como ser negro e cristão numa igreja que não sabe como ler a Bíblia com negros e cultura africana que a permeiam.⁸

A primeira edição do Boletim, tanto pelo conceito de negritude apresentadas quanto pelos artigos/depoimentos, dá visibilidade ao impacto histórico-social da constituição do estado brasileiro com diferentes políticas migratórias, conduzida pela colonização portuguesa no Brasil, que inclui tanto a vinda de pessoas escravizadas negras quanto de pessoas de origem alemã, abrangendo evangélico-luteranas. Em 1500, inicia a colonização portuguesa com sua política de domínio e exploração da terra; subserviência, aniquilação de exploração dos povos originários brasileiros e de exploração e escravização de povos negros. Entre 1550 e 1855, presume-se que em torno de 4 milhões de pessoas negras, provenientes do continente africano, foram escravizadas no Brasil⁹. A tradição luterana no Sul do Brasil tem sua origem em 1824,

⁷ Em 2016, Dr. Peter Nash recebeu o título *Doutor Honoris Causa* pela Faculdades EST “por sua atuação e dedicação à missão de abrir as portas de igrejas e instituições luteranas para outras etnias, e seu trabalho de releitura da Bíblia sob a ótica da negritude”. RIETH, Ricardo Willy. Identidade, Negritude e Hermenêutica: Peter T. Nash e a Teologia Negra no Brasil. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 25, n. 2, p. 10-16, jul./dez. 2020. p. 11. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/177>. Acesso em: 03 jul. 2025.

⁸ NASH, 2000, p. 7.

⁹ FAUSTO, Boris apud SILVA, Alcione Aparecida da; SILVA, Eulália Maria Aparecida da. “Passados que não passam”: Dandara, a mulher escravizada, trajetória e a sua representação nos livros didáticos de História. *Revista Hydra*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 12-39, maio 2023. p. 16. DOI: <https://doi.org/10.34024/hydra.2023.v6.14444>.



com a chegada das primeiras famílias evangélicas luteranas de origem alemã, como parte de um projeto migratório promovido pelo governo imperial brasileiro.

A vinda de famílias alemãs faz parte da política de incentivo à imigração não escrava que começou a partir de 1808 com a vinda da corte portuguesa ao Brasil e ampliada ainda antes da Independência do Brasil, com o príncipe regente Dom Pedro¹⁰. O objetivo do incentivo à imigração europeia é substituir a mão de obra escravizada, promover o branqueamento da população e garantir a ocupação e proteção das fronteiras nacionais¹¹.

A Faculdades EST, instituição em que é criado o Boletim *identidade!*, é a instituição de educação teológica constituída para formar pastores, e posteriormente, pastoras, diáconas e diáconos, catequistas para atuarem nas comunidades da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil – IECLB. Pela sua história e trajetória, a maioria das pessoas que integram a IECLB é de origem alemã. Embora essa origem não seja um critério para a pertença à igreja, a composição étnico-cultural ainda se reflete tanto na membresia da IECLB quanto no corpo docente e discente da Faculdades EST. Lurdilene da Silva, primeira autora mulher da Revista *identidade!*, lançou o questionamento sobre se é normal uma negra ser estudante de Teologia e “até quando a IECLB será uma igreja de alemães para as comunidades?”¹²

Por essa história e realidade, ser negro e negra na instituição traz desafios tanto na convivência cotidiana quanto na produção do conhecimento teológico. Como vimos acima, no conceito de negritude trazido por Peter Nash: “A negritude então é mais uma caminhada do que uma coisa fixa. É o processo de entender como é ser negro ou negra

¹⁰ DREHER, Martin N. Primeiros Imigrantes Alemães no Campo: Erste Deutsche Einwanderer auf dem Land. In: KUPFER, Eckhard E. (Org.). *Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs: Fünf Jahrhunderte deutsch-brasilianische Beziehungen*. São Paulo: Editora Brasileira, 2013. p. 116-133. p. 117. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1OpIXQ8f_OdNfevMwnovsRG1M1-JP74F/view. Acesso em: 02 out. 2025.

¹¹ DREHER, 2013, p. 119. “Com os soldados, Dom Pedro criaria regimentos de estrangeiros, com os agricultores e artesãos seriam fundadas colônias agrícolas, tendo como modelo as colônias de cossacos na Rússia: em tempos de paz seriam agricultores, em tempo de guerra seriam recrutados como soldados. De fato, foi isso que aconteceu. Os agricultores e artesãos instalados no Rio Grande do Sul e, posteriormente, em Santa Catarina, tiveram participação ativa na Guerra Cisplatina, na Revolução Farroupilha e na Guerra do Paraguai.”

¹² SILVA, Lurdilene. Qual deve ser o perfil de um/a estudante de Teologia. *Boletim do Grupo d@ Negr@s da EST da IECLB*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2000. p. 4. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2384/1962>. Acesso em: 29 jul. 2025.



num mundo dirigido por outros. E como ser negro e cristão numa igreja que não sabe como ler a Bíblia com negros e cultura africana que a permeiam.”¹³

Esse desafio-denúncia de Peter Nash que a “igreja não sabe como ler a Bíblia com negros e cultura africana que a permeiam”¹⁴ foi escrito no Boletim do Grupo d@s Negr@s da EST da IECLB de 2001 com os artigos de Peter T. Nash e Günter Padilha, que trazem subsídios sobre a hermenêutica bíblica negra e suas contribuições para a teologia e a Igreja.

Em edição seguinte (v.2 n.2 2001), a pesquisadora Maricel Mena López publica uma reflexão sobre a perspectiva negra e feminista da Bíblia¹⁵. No tema abordado por Maricel se entrecruzam o trabalho do Grupo Identidade com a área de produção de conhecimento da Cátedra de Teologia Feminista, da qual essa pesquisa é signatária. Em 2021, a pesquisadora Maricel Mena Lopes é contemplada com o título de *Doutora Honoris Causa*, concedido pela Faculdades EST, através do Programa de Gênero e Religião e do Núcleo de Pesquisa de Gênero e Religião.

Em 2005, a professora Selenir Corrêa Gonçalves Kronbauer assume a coordenação do Grupo Identidade e a coordenação editorial do Boletim *identidade!*, inserindo a área da Educação em diálogo com a Teologia, considerando, em específico, as exigências trazidas pela Lei 10.639/2003¹⁶. Em 2007, o Boletim passa a chamar-se “Revista *identidade!* – Periódico do Grupo Identidade da Faculdades EST/IECLB”. Em 2013, a Revista é publicada no Portal da Faculdades EST, passando a ter Conselho Editorial e Comitê Científico. Deste modo, aprimora sua proposta como Revista *identidade!*, classificada como Qualis A2 – (Quadriênio 2017-2020) pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação vinculada ao Ministério da Educação do Brasil. Atualmente a Revista é definida como:

Identidade! é um periódico online semestral multidisciplinar de livre acesso do Grupo de Pesquisa Identidade étnica e interculturalidade da Faculdades EST (Escola Superior de Teologia) – grupo interdisciplinar, intercultural e macroecumônico. Sua meta é fortalecer o diálogo na área das ciências humanas a partir do fenômeno religioso, considerando a realidade de comunidades

¹³ NASH, 2000, p. 7.

¹⁴ NASH, 2000, p. 7.

¹⁵ MENA-LÓPEZ, Maricel. Leitura da Bíblia desde uma perspectiva negra e feminista. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 3-5, 2023. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2364>. Acesso em: 29 jul. 2025.

¹⁶ Altera a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “história e cultura afro-brasileira” e dá outras providências.

afrobrasileiras, indígenas, comunidades de fé, movimentos e organizações sociais. Promove atividades de formação acadêmica e comunitária. A revista publica textos inéditos e revistos em português, inglês e espanhol, em língua vernácula e traduzidos, de docentes e discentes vinculados a um programa de pós-graduação que versem sobre a questão negra em diferentes contextos sociais, culturais, religiosos, temas atinentes à questão da diversidade e da identidade, especialmente, no contexto brasileiro. Tem por finalidade ser um espaço de reflexão interdisciplinar e inter-religiosa, estimulando o debate por meio da divulgação da produção acadêmica e científica sobre temas relacionados à questão negra nas diferentes ciências.¹⁷

METODOLOGIA, DADOS GERAIS E ANÁLISES DA PESQUISA

A PJG/EST contém sete princípios¹⁸ de justiça de gênero: linguagem inclusiva de gênero; transversalização da PJG; superação da supremacia masculina no processo de produção e gestão do conhecimento e gestão institucional; equilíbrio representativo de gênero; superação da violência; formação continuada em justiça de gênero; e, interseccionalidade de gênero, classe social, raça e etnia, gerações, deficiência, sexualidade e religiosidade. Nesta pesquisa, de caráter documental, nos ocupamos com as publicações da Revista *identidade!* para perceber o quanto os princípios da linguagem inclusiva de gênero e da superação da supremacia masculina no processo de produção e gestão do conhecimento e gestão institucional estão presentes nelas. Esses princípios foram escolhidos por apresentarem maior visibilidade textual e possibilidade de mensurabilidade. Para fazer essa análise, foram considerados os objetivos e estratégias decorrentes desses princípios, os quais estão descritos abaixo, nos relatos da pesquisa apresentados.

A pesquisa, envolvendo dados quantitativos, colabora na produção de indicadores e índices que tanto expressam as questões indicadas pela PJG, quanto enriquecem as análises a partir da pesquisa documental. Para realizar a coleta de dados da Revista *identidade!* foi criado um banco de dados contendo as seguintes informações: Nome da Revista, Ano de Publicação, Volume, Número, Idioma, Seção, Título, Autoria (nome), Autoria (identificação individual mulher, individual homem, coletivo misto, coletivo de homens, coletivo de mulheres), Autoria (profissão), País de origem, Título, Palavras-chave, Número de mulheres na bibliografia (nenhuma: zero mulheres citadas, poucas: mais de uma mulher citada nas referências, algumas: de 30 a 49 por cento,

¹⁷ *IDENTIDADE! Sobre a Revista*. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/about>. Acesso em: 10 jul. 2025.

¹⁸ FACULDADES EST, 2015, p. 118–120.



muitas: mais de 50 por cento e Não se aplica: documentos publicados e dificuldades de identificar as pessoas referenciadas), Linguagem inclusiva (Sim; Não).

Para a identificação do número de mulheres nas referências bibliográficas, foi realizada a contagem das referências em cada artigo publicado no período de 2013 a 2022. A identificação seguiu os nomes culturalmente atribuídos a mulheres e homens.

Nos resultados, apresentamos gráficos referentes ao uso ou não da linguagem inclusiva de gênero, ao perfil de autoria (identificação de gênero – homens, mulheres) e ao número de mulheres na bibliografia.

A Revista *identidade!* publicou, no período de 2013 a julho de 2015, 67 artigos, incluindo resumos e resenhas, em 5 edições, uma edição especial intitulada "Anais da Copene Sul" (2013). De agosto de 2015 a dezembro de 2022, foram publicados, nas 15 edições da Revista, 194 artigos nas diferentes seções, incluindo a de resenhas e resumos. Cada edição contém um dossiê temático com número variável de artigos e, além disso, conta com publicações nas diversas seções da revista. Nas edições analisadas foi identificado um total de 216 materiais publicados, assim distribuídos: 103 artigos de Dossiê, 44 artigos diversos, 20 resenhas, 11 entrevistas, 7 memórias, 3 expressões artísticas, 20 relatos de experiência e 8 documentos. Tais dados revelam a consistência da revista como meio de divulgação de conhecimento (uma média de 13,5 materiais por edição) e a diversidade de formas de articular e apresentar os conhecimentos produzidos.

Os dados apresentados referem-se aos artigos publicados de 2013 a julho de 2015 (2013, volume 18, número 1, 2 e 3; 2014 volume 19, número 1 e 2; 2015, volume 20, número 1) e do período de agosto de 2015 a dezembro de 2022 (2015, volume 20, número 2; 2016, volume 21, número 1 e 2; 2017, volume 22, número 1 e 2; 2018, volume 23, número 1 e 2; 2019, volume 24, número 1 e 2; 2020, volume 25, número 1 e 2; 2021, volume 26, número 1 e 2; 2022, volume 27, número 1 e 2). Todos os artigos de 2013 a 2015 (até julho) estão em português. Do período de agosto de 2015 a 2022, um está em inglês, três em espanhol, os demais em português.

LINGUAGEM INCLUSIVA DE GÊNERO

O uso da linguagem inclusiva de gênero é um dos princípios de justiça de gênero, incluído na Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST com objetivo de



“reconhecer e utilizar a linguagem inclusiva de gênero como ferramenta de afirmação e promoção da justiça de gênero e, consequentemente, de afirmação da dignidade de todas as pessoas.”¹⁹ Para alcançar esse objetivo a instituição decidiu

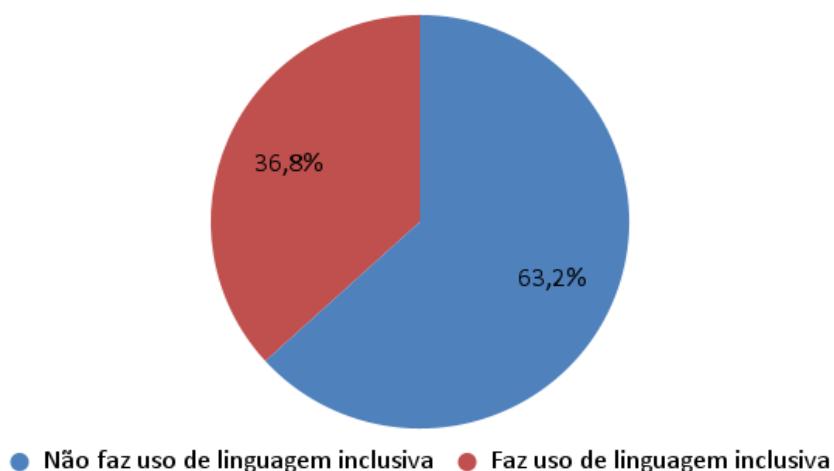
Adotar a linguagem inclusiva de gênero tanto na fala quanto na escrita, nos documentos institucionais, na produção acadêmica, nos eventos, nas celebrações e atividades diversas, usando-se as palavras que indicam o feminino e o masculino gramatical por extenso.”²⁰

Como dado da pesquisa identificou-se que nas diretrizes atuais da Revista *identidade!* utiliza-se linguagem inclusiva para informar às autoras e autores os parâmetros exigidos na submissão de artigos. Entretanto, não faz parte das diretrizes a exigência de linguagem inclusiva nos artigos publicados. Como critério de uso, na avaliação dos artigos publicados, foi considerado seu uso mesmo que não verificado como padrão em todo o texto. Foi considerado não uso quando sequer há alguma intencionalidade em usar a linguagem inclusiva de gênero no texto.

Conforme mostra o gráfico abaixo, nos dados analisados, referentes a 2013 a julho de 2015, 63,2% dos autores e autoras não utilizam linguagem inclusiva em suas publicações. No período posterior, que compreende agosto de 2015 a 2022, 53,4% fazem uso, em menor ou maior grau, da linguagem inclusiva.

Gráfico 1.

Linguagem Inclusiva 2013 - 2015/1



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

¹⁹ FACULDADES EST, 2015, p. 120.

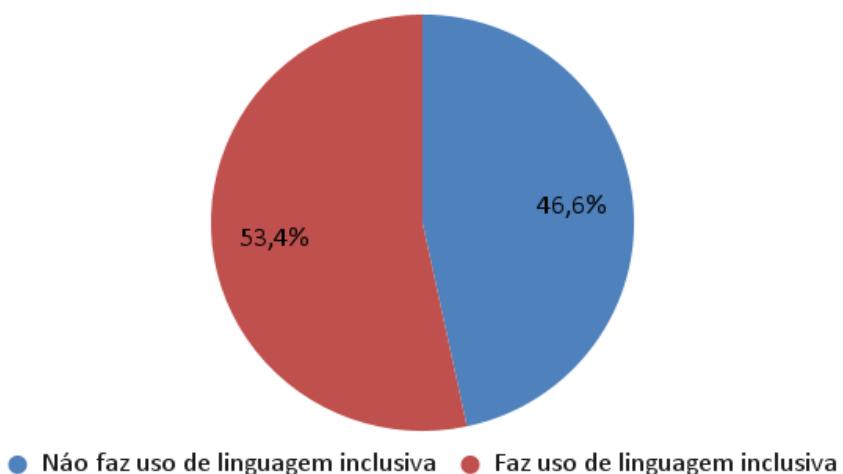
²⁰ FACULDADES EST, 2015, p. 122.



O gráfico seguinte mostra um crescimento da adesão à linguagem inclusiva após a aprovação da Política da Política de Justiça de Gênero na Faculdades EST em 2015, mesmo sem a exigência formal nas diretrizes da Revista. Indica que os documentos institucionais têm potencial de influenciar práticas discursivas, ainda que de forma indireta. Mesmo não sendo obrigatória, a presença da linguagem inclusiva nas diretrizes parece ter funcionado como um incentivo ético e pedagógico, com resultados perceptíveis em menos de uma década. Ainda que o uso não seja padrão, o crescimento aponta para uma cultura editorial em transformação, impulsionada pelas diretrizes institucionais da Faculdades EST.

Gráfico 2.

Linguagem Inclusiva 2015/2 - 2022



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

SUPERAÇÃO DA SUPREMACIA MASCULINA NO PROCESSO DE PRODUÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO E GESTÃO INSTITUCIONAL

O princípio da “superação da supremacia masculina no processo de produção e gestão do conhecimento e gestão institucional” da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST reconhece

[...] que dentro de uma sociedade e cultura patriarcal e androcêntrica, as mulheres são inferiorizadas e não têm o mesmo reconhecimento profissional que os homens. A superação da supremacia masculina se efetivará através do reconhecimento da produção de conhecimento das mulheres, nomeando-as e



ofertando as mesmas oportunidades e condições de formação e de trabalho que os homens recebem.²¹

O objetivo da adoção desse princípio pela Faculdades EST é “promover a equidade e o equilíbrio de gênero em todos os setores de produção e gestão do conhecimento, de representação e de governança institucional.”²² Para alcançar esse objetivo, um dos compromissos institucionais é “rever os documentos normativos da instituição no intuito de ampliar as condições legais de implementação da Política de Justiça de Gênero na Faculdades EST”, assim como compor uma comissão para “avaliar anualmente os progressos obtidos na promoção da equidade e do equilíbrio de gênero em todos os setores de produção e gestão do conhecimento e de representação institucional.”²³ Nesta perspectiva, os dados aqui apresentados servem de subsídios tanto para que a comissão avalie os progressos obtidos na promoção do equilíbrio e equidade de gênero quanto para rever às condições legais para alcançar esses resultados.

Na avaliação do perfil de gênero com base no princípio da superação da supremacia masculina no processo de produção e gestão do conhecimento e gestão institucional, um dos focos principais é identificar a presença de mulheres como autoras das publicações. O outro foco é verificar os percentuais de referências bibliográficas com autoria de mulheres nos artigos publicados, incluindo também os percentuais em textos com autoria individuais e coletivas de mulheres e individuais e coletivas de homens.

AUTORIA DOS ARTIGOS PUBLICADOS NA REVISTA *IDENTIDADE!* (2013-2022)

No período de 2013 a julho de 2015, que antecede a Política de Justiça de Gênero, 41,2% dos artigos publicados têm homens como autores. Agregam-se a estes, 5,9% de coletivos constituídos de homens, totalizando 47,1% do total de artigos publicados. A soma de artigos publicados por mulheres (17,6%) e coletivos de mulheres (11,8%) é de apenas 29,4%. As publicações de coletivos mistos somam 23,5 %. Esses dados revelam que a maioria dos artigos publicados individualmente ou em coletivos mistos são de homens.

²¹ FACULDADES EST, 2015, p. 119.

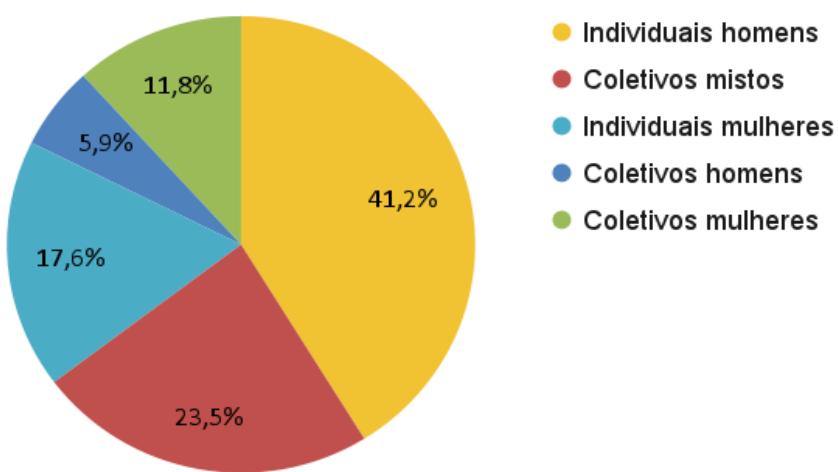
²² FACULDADES EST, 2015, p. 120.

²³ FACULDADES EST, 2015, 122.



Gráfico 3.

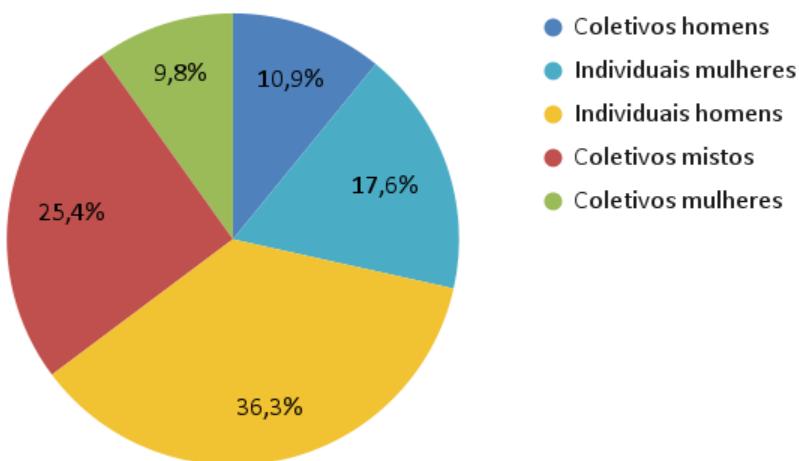
Autoria 2013 - 2015/1



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Gráfico 4.

Autoria 2015/2 - 2022

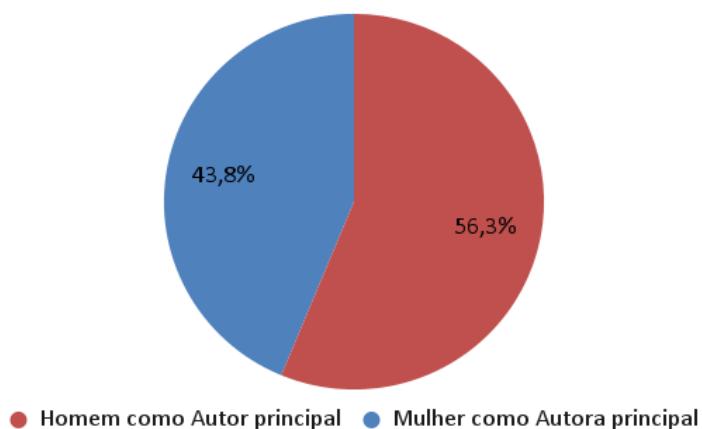


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

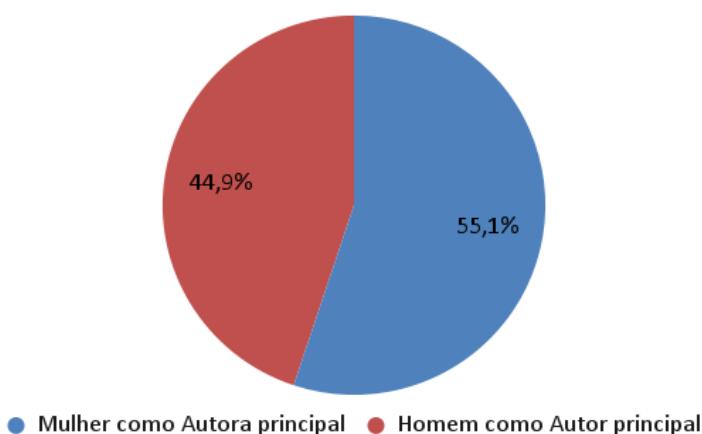
No período após a publicação da Política de Justiça de Gênero, 36,3% dos artigos na Revista foram publicados por homens individualmente e 10,9% produzidos por coletivos de homens. Os artigos de mulheres (17,6%) e coletivos de mulheres (9,8%) somam 27,4%. O índice de produção de artigos por mulheres individualmente e por coletivos de mulheres baixou 2% enquanto a produção feita por homens aumentou 0,1%. Houve uma leve mudança na produção de textos por coletivos mistos (de 23,5% para 25,4%).

**Gráfico 5.**

Autoria Coletivos Mistos 2013 - 2015/1

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2025.**Gráfico 6.**

Autoria Coletivos Mistos 2015/2 - 2022

**Fonte:** Elaborado pelas autoras, 2025.

Os gráficos acima mostram uma mudança significativa ocorrida na autoria principal dos textos escritos por coletivos mistos. Há um acordo tácito na comunidade acadêmica de que o primeiro autor ou autora, identificada no artigo, é a pessoa que mais trabalhou na pesquisa e escreveu a maior parte do texto. Esse procedimento valoriza sua produção acadêmica. Tanto em citações e referências bibliográficas, o primeiro autor ou autora tem maior visibilidade, por ter seu nome prioritariamente identificado.

Na pesquisa realizada, abrangendo o período de 2013 a julho de 2015, 56,3% das autorias principais são de homens. No período subsequente, de agosto de 2015 a 2022, o índice de mulheres como autorias principais aumentou de 43,8% para 55,1%,

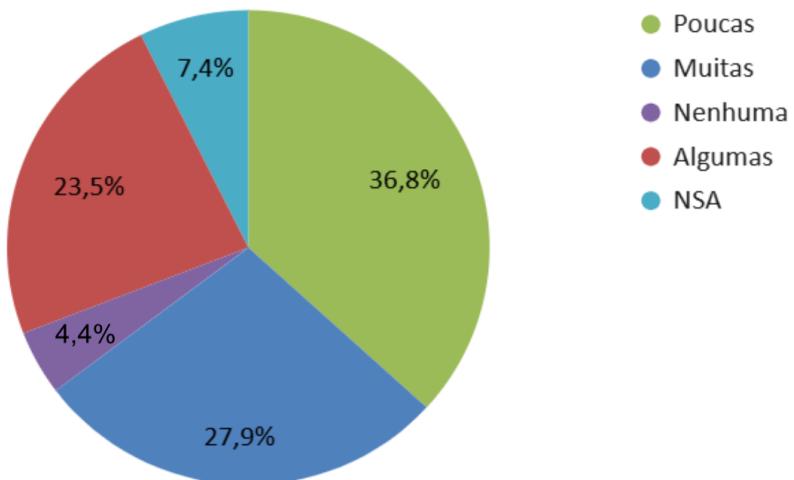
representando um aumento de 11,3%, como demonstram os gráficos abaixo. Constatase um aumento significativo de mulheres autoras nos dados apresentados e uma maior visibilidade no processo de produção de conhecimento, contribuindo com os objetivos da PJG de “Promover a equidade e o equilíbrio de gênero em todos os setores de produção e gestão do conhecimento, de representação e de governança institucional”²⁴.

PRESENÇA DE MULHERES NAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA REVISTA *IDENTIDADE!* (2013-2022)

Analisamos a quantidade de referências bibliográficas produzidas por mulheres nos artigos da Revista *identidade!*, a partir dos dados coletados, demonstrados em dois gráficos: um do período de 2013 a julho de 2015 e outro do período de agosto de 2015 a 2022. Reiteramos que o critério usado para a classificação é o seguinte: “nenhuma” (zero mulheres citadas), “poucas” (mais de uma mulher citada nas referências), “algumas” (de 30 a 49 por cento), “muitas” (mais de 50 por cento) e “Não se aplica” (documentos publicados e dificuldades de identificar as pessoas referenciadas).

Gráfico 7.

Contagem de Mulheres na Bibliografia 2013 - 2015/1



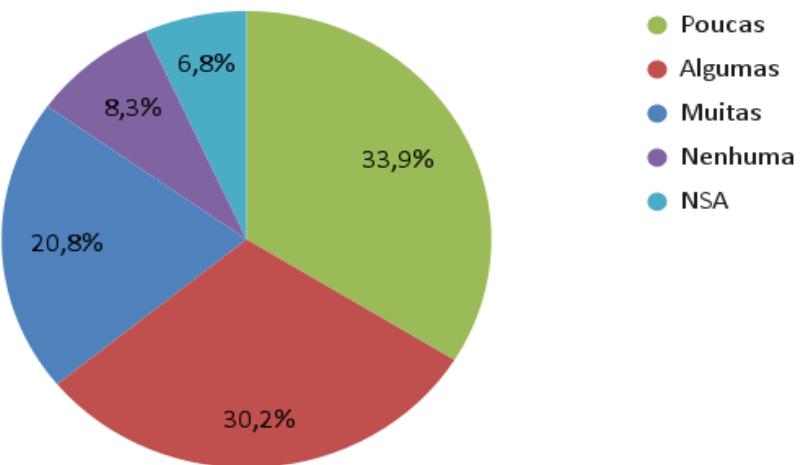
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

²⁴ FACULDADES EST, 2015, p. 120



Gráfico 8.

Contagem de Mulheres na Bibliografia 2015/2 - 2022



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Entre os períodos de 2013–2015 e 2015–2022, observa-se uma mudança significativa na distribuição da autoria de mulheres nas publicações. A proporção de trabalhos sem nenhuma mulher praticamente dobrou, passando de 4,4% para 8,3%, o que indica um crescimento preocupante na ausência total de referências bibliográficas, produzidas por mulheres. Já a categoria com poucas mulheres teve uma leve redução, de 36,8% para 33,9%, mantendo-se, entretanto, como a maior porcentagem na classificação dos artigos. Isso significa necessidade de atenção, visando mudança para o alcance da justiça de gênero. Por outro lado, as publicações com algumas mulheres aumentaram expressivamente, de 23,5% para 30,2%, demonstrando uma presença de mulheres mais constante, ainda que não majoritária. Em contraste, o percentual de trabalhos com muitas mulheres diminuiu de forma acentuada, de 27,9% para 20,8%, sugerindo retração na liderança ou predominância de mulheres nas produções. Pela análise, o acréscimo que houve na categoria “algumas” se deu devido à diminuição de percentual semelhante na categoria “muitas”. A categoria “não se aplica” teve pequena variação, de 7,4% para 6,8%, sem impacto relevante. Em síntese, os dados revelam uma redução da presença de mulheres nas referências bibliográficas da Revista *identidade!*, comparando os períodos de 2013 a 2015/1 e 2015/2 a 2022.

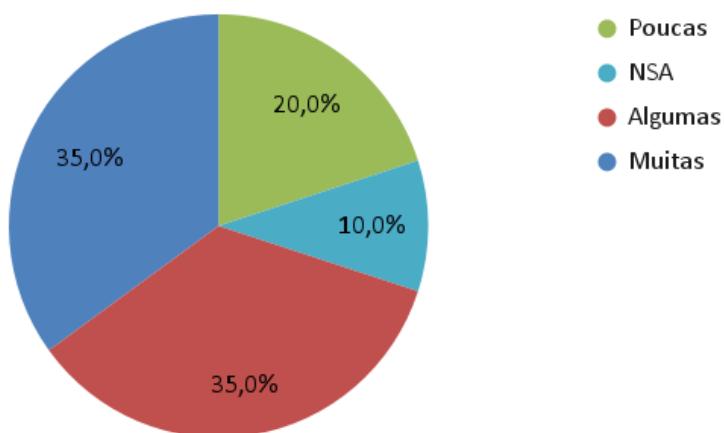
Apresentamos a seguir os percentuais de referências bibliográficas de mulheres em artigos publicados por homens e coletivos de homens e por mulheres e coletivos de mulheres. Nos dois primeiros gráficos, correspondentes aos artigos de autoria de



mulheres, identificamos os seguintes resultados: no período de 2013 a 2015/1, a grande maioria dos artigos possui muitas (35%) e algumas (35%) mulheres nas referências bibliográficas, totalizando 70%. E não há nenhum artigo sem a presença de mulheres nas referências. No período posterior, as categorias “muitas” e “algumas” totalizam 67,9%. A categoria “poucas” se mantém estável em ambos os períodos, 20% e 20,8%, respectivamente. A categoria “nenhuma” subiu de zero para 5,7%.

Gráfico 9.

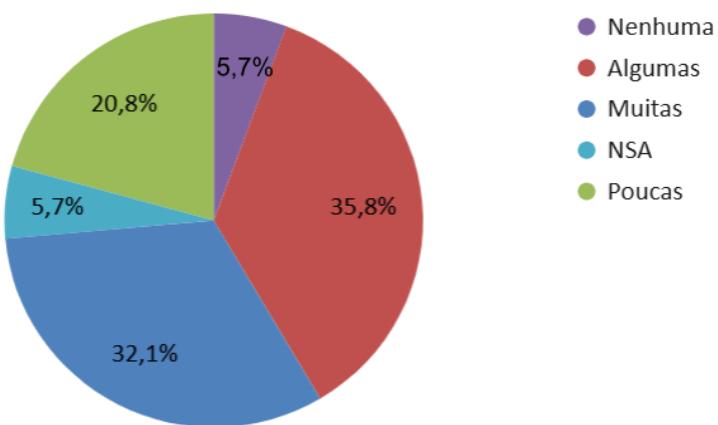
Presença de Mulheres nas Referências Bibliográficas de Autoras
Mulheres e Coletivos de Mulheres 2013 - 2015/1



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Gráfico 10.

Presença de Mulheres nas Referências Bibliográficas de Autoras
Mulheres e Coletivos de Mulheres 2015/2 - 2022



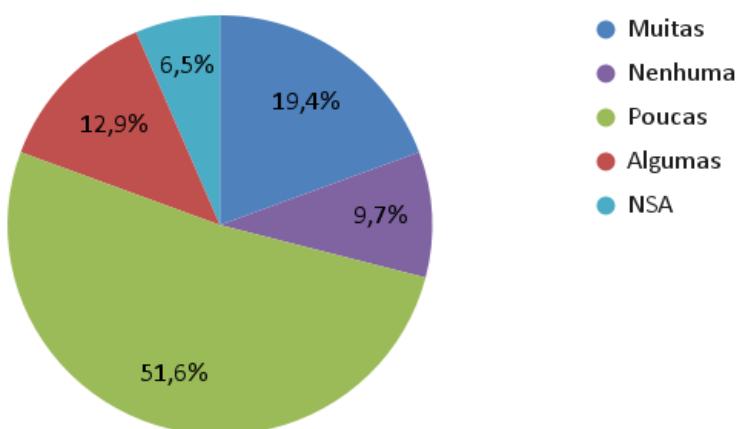
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.



Em relação à presença de referenciais bibliográficos de mulheres utilizados em artigos escritos por homens e coletivos de homens, constata-se em ambos os períodos a soma dos percentuais das categorias nenhuma e poucas, ultrapassam 50%. Nos artigos de autoria de mulheres esse percentual é 20% e 26,5% em cada período. A soma das categorias algumas e muitas, nos textos de autoria de homens, é de 32,3% de 2013 a 2015/1 e de 36,7% de 2015/2 a 2022.

Gráfico 11.

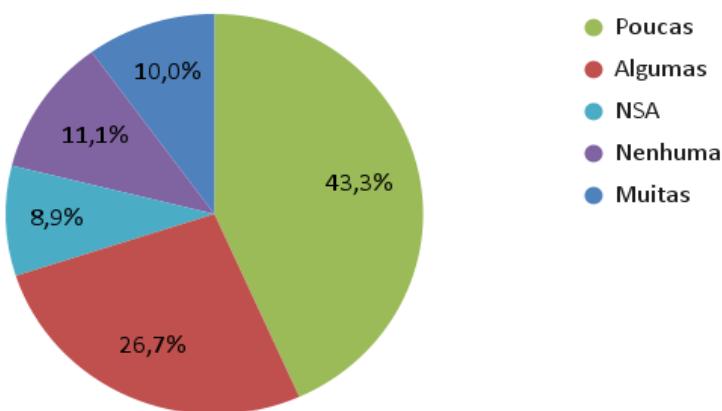
Presença de Mulheres nas Referências Bibliográficas de Autores
Homens e Coletivos de Homens 2013 - 2015/1



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.

Gráfico 12.

Presença de Mulheres nas Referências Bibliográficas de Autores
Homens e Coletivos de Homens 2015/2 - 2022



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2025.



Os dados desses gráficos demonstram um maior uso de referências bibliográficas feitas tanto por mulheres individualmente quanto por coletivos de mulheres. Nos artigos escritos por homens individuais e coletivos de homens constata-se que há uma menor quantidade de mulheres referenciadas e maior percentual de textos publicados com apenas referenciais escritos por homens.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos artigos publicados na Revista *identidade!*, entre 2013 e 2022, evidencia avanços concretos e limites na incorporação dos princípios da Política de Justiça de Gênero na produção acadêmica da Faculdades EST.

Os dados mostram uma maior incorporação do uso da linguagem inclusiva após a aprovação da PJG/EST em 2015, mesmo sem ser incluída a obrigatoriedade formal nas diretrizes da Revista *identidade!*. Tal evidência confirma o potencial dos documentos institucionais para influenciar práticas discursivas e pedagógicas, estimulando mudanças éticas e culturais. Ainda que o uso da linguagem inclusiva não seja uniforme, o avanço observado revela uma cultura editorial em transformação, guiada pelos princípios da PJG/EST.

Em relação ao princípio da superação da supremacia masculina no processo de produção e gestão do conhecimento e gestão institucional, observa-se um aumento de 11,3% nas publicações de coletivos mistos, liderados por mulheres (primeira pessoa nomeada como autora). Esse avanço indica não apenas uma ampliação da participação de mulheres na produção científica, mas, também, um alinhamento concreto com os objetivos da PJG, que propõe “promover a equidade e o equilíbrio de gênero em todos os setores de produção e gestão do conhecimento, de representação e de governança institucional”²⁵. Por outro lado, comparando o número de publicações exclusivas de homens (individuais e coletivos) e de mulheres (individuais e coletivos), constata-se que predomina, em ambos os períodos, a publicação de artigos de autores homens (20% a mais de artigos de homens em relação aos publicados por mulheres).

No que se refere à presença de mulheres nas referências bibliográficas, constata-se o aumento de publicações com referências de algumas mulheres (artigos com 30 a 49% de referências de mulheres), passando de 23,5% para 30,2%. Observa-

²⁵ FACULDADES EST, 2015, p. 120.



se também, que a proporção de trabalhos sem bibliografia de mulheres praticamente dobrou, de 4,4% para 8,3%, indicando um crescimento preocupante da ausência total de autoras. O percentual de trabalhos com muitas mulheres caiu de 27,9% para 20,8%, sugerindo uma retração na predominância de mulheres nas produções. Na análise das produções exclusivas de mulheres, constata-se altos índices de presença de mulheres nas referências bibliográficas, mantendo estabilidade entre um período e outro. Nas publicações exclusivas de homens, há uma predominância de artigos com poucas ou nenhuma mulher nas referências bibliográficas em ambos os períodos. Isso demonstra que há uma necessidade de maior conscientização sobre a pertinência do equilíbrio de gênero, visando a superação dos processos excludentes na produção acadêmica.

Considerando esses resultados, recomenda-se a inclusão formal do uso da linguagem inclusiva nas diretrizes editoriais da Revista *identidade!*, bem como o incentivo explícito à equidade de gênero tanto na autoria quanto nas referências bibliográficas. Essas medidas podem consolidar os progressos já alcançados e fortalecer o compromisso institucional da Faculdades EST com a justiça de gênero, promovendo uma produção acadêmica mais representativa, ética e transformadora.

Os dados dessa pesquisa, realizados pelo Programa de Gênero e Religião, fazem parte do processo de monitoramento e avaliação da Política de Justiça de Gênero da Faculdades EST, visando seu permanente aprimoramento. A Revista *identidade!*, em seus 25 anos de existência, colabora para a justiça de gênero e para o enfrentamento e superação do racismo, e na promoção de uma cultura antirracista nos processos de produção do conhecimento. Isso pode ser percebido nas temáticas abordadas, nos títulos e nas palavras-chaves dos artigos. Mas, isto é assunto para uma nova pesquisa.

REFERÊNCIAS

DREHER, Martin N. Primeiros Imigrantes Alemães no Campo: Erste Deutsche Einwanderer auf dem Land. In: KUPFER, Eckhard E. (Org.). *Cinco séculos de relações brasileiras e alemãs: Fünf Jahrhunderte deutsch-brasilianische Beziehungen*. São Paulo: Editora Brasileira, 2013. p. 116-133. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1OpIXQ8f_OdNfevMwnvozsRG1M1-JP74F/view. Acesso em: 02 out. 2025.

FACULDADES EST. Política de Justiça de Gênero. *Coisas do Gênero*, São Leopoldo, v.1, n. 1, p. 114-124, jul./dez. 2015. Disponível em <https://revistas.est.edu.br/genero/article/view/423/361>. Acesso em: 29 jul. 2025.



FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL. *Política de Justiça de Gênero*. Genebra: FLM, 2014. Disponível em: https://lutheranworld.org/sites/default/files/2022-02/dtpw-wicas_gender_justice-pt.pdf. Acesso em: 02 out. 2025.

IDENTIDADE!. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade>. Acesso em: out. 2025.

IDENTIDADE! Sobre a Revista. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade>. Acesso em: 10 jul. 2025.

MENA-LÓPEZ, Maricel. Leitura da Bíblia desde uma perspectiva negra e feminista. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 2, n. 2, p. 3-5, 2023. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2364>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MUSSKOPF, André S. *Teologia feminista e de gênero na Faculdades EST: a construção de uma área do conhecimento*. São Leopoldo, RS: CEBI, 2015. Disponível em: <http://catalogo.est.edu.br:8080/pergamonweb/vinculos/000000/0000001e.pdf>. Acesso em: 02 out. 2025.

NASH, Peter. Negritude chegou! Mas o que é? *Boletim do Grupo d@s Negr@s da EST da IECLB*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2000. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2384/1962>. Acesso em: 29 jul. 2025.

RIETH, Ricardo Willy. Identidade, Negritude e Hermenêutica: Peter T. Nash e a Teologia Negra no Brasil. *Identidade!*, São Leopoldo, v. 25, n. 2, p. 10-16, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/177>. Acesso em: 03 jul. 2025.

SILVA, Alcione Aparecida da; SILVA, Eulália Maria Aparecida da. “Passados que não passam”: Dandara, a mulher escravizada, trajetória e a sua representação nos livros didáticos de História. *Revista Hydra*, São Paulo, v. 6, n. 12, p. 12-39, maio 2023. DOI: <https://doi.org/10.34024/hydra.2023.v6.14444>.

SILVA, Lurdilene. Qual deve ser o perfil de um/a estudante de Teologia. *Boletim do Grupo d@s Negr@s da EST da IECLB*, São Leopoldo, v. 1, n. 1, p. 1-8, 2000. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/Identidade/article/view/2384/1962>. Acesso em: 29 jul. 2025.

Recebido em: 13 out. 2025.

Aceito em: 31 out. 2025.